

Fonte: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 17, n. 1, p. 64-81, fev. 1975.

Tradução: Leonardo Augusto Silva Fontes e Thiago Cavaliere Mourelle.

Associações voluntárias no Rio, 1870-1945: uma nova abordagem à dinâmica social urbana

Voluntary associations in Rio, 1870-1945: a new approach to urban social dynamics

Michael L. Conniff¹

Doutor em Filosofia pela Stanford University. Professor de História na San José State University e ex-diretor da Global Studies Initiative.

Durante o final do Império no Brasil, a sociedade do Rio de Janeiro sentiu o despertar de um novo processo, que iria alterar o modo de vida tradicional na cidade. À exemplo do que já ocorria na Europa, cidadãos começaram a formar associações voluntárias para ajuda mútua e proteção. A prática se estendeu rapidamente no seio do proletariado, cujas organizações tornavam-se sindicatos. A maioria dos setores da sociedade urbana gradualmente se organizou em torno de grupos de interesse, e como a cidade entrou no novo século com mais de meio milhão de pessoas, conflitos ocasionais marcaram a sociedade de “conciliação e reforma”. Nos anos 1920, com as preocupantes experiências da Europa, Rússia e México em mente, pensadores brasileiros apelaram à política social conservadora para conter conflitos de classe. Muitos culparam o liberalismo excessivo do governo republicano desde 1889 e evocaram instituições medievais para uma pacificação social. Esta visão foi defendida por muitos que trouxeram Getúlio Vargas ao poder em 1930, e o corporativismo foi a principal inspiração daqueles que o apoiaram durante o Estado Novo (1937-1945).

Este artigo examina os três quartos de um século em que grupos voluntários floresceram no Rio de Janeiro. Ele mapeia as mudanças do comportamento

¹ Nota do autor: Dr. Simon Schwartzman, da Escola Brasileira de Administração Pública, prestou inestimável ajuda dirigindo os cálculos necessários para este estudo.

associativo e traça o crescente conservadorismo na política social do estado em desenvolvimento que – ao menos parcialmente – tentou conter o conflito de classe gerado por essas organizações. Os métodos de análise e a base de dados são ambos novos. As conclusões, embora tímidas, sugerem que o estudo das associações voluntárias oferece meios altamente sensíveis de análise social urbana.

Em 1878, o Rio orgulhosamente despachou Joaquim da Silva Mello Guimarães para Paris, onde representou o Brasil no Primeiro Congresso Científico Internacional de Instituições de Previdência Social (GUIMARÃES, 1883). O Rio possuía nessa época uma gama bastante ampla de associações voluntárias, a maioria recém-formada, mas algumas já de longa data. As mais antigas eram as irmandades religiosas, chamadas de Irmandades ou Ordens Terceiras, começando com a Santa Casa da Misericórdia, trazida à Bahia em 1550 e para o Rio em 1582 (Russell-Wood, 1968). Algumas irmandades estavam baseadas em setores específicos da sociedade, como a Irmandade dos Homens Pretos (1640-) e a Irmandade da Santa Cruz dos Militares (1623-), mas a regra mais geral era admitir todos os devotos que pudessem pagar uma modesta taxa de iniciação e dar apoio regular. Cada irmandade patrocinava uma igreja paroquial e normalmente mantinha um asilo (BRUNEAU, 1970, p. 33-35). O membro seria assistido com socorro médico ou financeiro quando precisasse, e no momento da morte recebia um enterro respeitável no cemitério da Irmandade. O dinheiro era também investido em imóveis urbanos e em edifícios utilizados pela irmandade. A Misericórdia também operava o maior hospital no Rio, a Faculdade Nacional de Medicina (1790-) e o primeiro Instituto Pasteur nas Américas (1888-). Durante os séculos XVI e XVII, as irmandades tinham criado laços entre colonos e a terra natal, entre paróquias distantes e a sede da Igreja. No final do século XIX, elas continuaram a atuar como agentes de união para os portugueses que viviam no Rio de Janeiro. Irmandades eram descendentes diretos de sociedades baixo-medievais em Portugal, embora no século XIX elas tenham perdido todos os vestígios de guildas. Elas eram corporativas, no sentido de representar uma instituição maior, a Igreja, e redistribuíram bens e serviços entre seus membros. Assistiam o *irmão* com segurança tanto moral quanto física.

Na época da viagem de Guimarães para Paris uma outra forma de associação tornou-se a moda no Rio: a sociedade de ajuda mútua. Durante os anos 1870 e 1880, dezenas foram formadas. Algumas eram de natureza comercial, e praticamente todas eram seculares. Um padrão geral foi adotar o nome de algum grande patrono

espiritual, tal como fez a Sociedade de Socorros Mútuos Luiz de Camões (1880-), que teve 6.700 membros logo após ser formada. Outro estilo popular foi o grupo de ajuda mútua baseado na nacionalidade, como a Sociedade Portuguesa e Beneficência (1840-), que alcançou vinte mil membros na década de 1880.

Em pouco tempo, imigrantes da Bélgica, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha e Suíça, e das províncias de Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo também tinham formado suas associações. O membro aguardado era contactado por uma comissão de recrutamento que oferecia funeral e seguro legal, médico e de incapacidade, com apelo posterior para seu senso de fraternidade e solidariedade (FERREIRA DA SILVA, 1966). Especialmente membros ativos ou famosos podiam tornar-se sócios beneméritos, aptos à dupla indenização por aposentadoria ou morte. Como a maioria dos regimes de seguro sofre a inflação, as sociedades de ajuda mútua dependiam de constante expansão dos seus membros e alguma especulação nos mercados financeiro e imobiliário para ficarem no azul, e a taxa de rotatividade era elevada. Quando alguma sociedade era forçada a fechar, os seus membros e ativos eram geralmente incorporados em um grupo mais próspero. A complexa genealogia das associações de ajuda mútua desemboca nos dias de hoje.²

Como essas associações faziam campanha por membros, era natural chegarem em setores profissionais, e não muito tarde grupos como a Associação Beneficente dos Compositores do Jornal do Commercio (1869-) surgiram copiando as associações existentes. Com características mais antigas, no estilo guilda, surgiu a Sociedade Animadora da Corporação dos Ourivos (1838-). Trabalhadores qualificados, cuja estabilidade trabalhista apoiaria uma organização permanente, foram os primeiros a formar sindicatos e, posteriormente, tais associações. No início da década de 1880, associações laborais relatavam apenas 7.300 membros, uma baixa densidade para uma cidade com mais de trezentas mil pessoas. Depois de 1880, muito mais associações de ajuda mútua de cunho profissional surgiram, atingindo estratos menos qualificados da força de trabalho. Funcionários do transporte assumiram a liderança, com organizações como a Associação Geral de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Central do Brasil [EFCB] (1884-), que cresceu para cerca de cinco mil membros, pouco antes Primeira Guerra Mundial.

² Nota do tradutor: lembrar que “dias de hoje” se refere aos anos 1970, quando o texto foi publicado originalmente.

Exceto para a venerável Associação Comercial do Rio de Janeiro (AC-Rio; 1834-), havia poucas organizações de empregadores, e talvez apenas uma dúzia de grupos profissionais. Tampouco havia muitos grupos de funcionários públicos. Guimarães concluiu que o Rio estava desenvolvendo uma saudável infraestrutura de associações de ajuda mútua que forneciam segurança e comunhão para seus membros. Não havia nada socialmente perigoso sobre isso. Uma população segura e saudável sustentava um governo monárquico popular e são.

Onze anos depois da viagem de Guimarães a Paris, o Império caiu, vítima de uma associação voluntária mais perigosa socialmente, o Clube Militar (1887-). Nos anos 1890, década de depressão mundial, mais agitação política e econômica dominou o Brasil. As domesticadas sociedades de ajuda mútua dos trabalhadores ferroviários entraram em erupção com greves e paralisações, iniciando uma era de conflito trabalhista (CARONE, 1970, p. 197-210, 215 e ff.). Jacobinismo e florianismo apareceram para sacudir a sisuda sociedade do Rio de Janeiro.

Em várias ocasiões no século XX, a cidade foi alvo de pesquisas sobre associações que adotavam serviços de segurança social para os seus membros, incluindo entidades tão díspares como sindicatos e orfanatos, grupos patronais e os fundos de merenda escolar, instituições de caridade religiosas e federações espíritas. Os resultados de várias dessas pesquisas estão tabulados em grandes categorias de acordo com o período de formação (ver Tabela 1). Nem todas as associações organizadas no Rio estão incluídas, embora seja provável que cerca de 80% dos grupos viáveis estejam representados. Mesmo sindicatos militantes responderam aos questionários da cidade, apesar de algumas federações não. Enquanto a amostra utilizada na Tabela 1 é provavelmente aleatória, para os fins deste artigo não inclui instituições de caridade, grupos de estudantes, operações de seguro comercial, e têm apenas um pequeno número de cooperativas.

A virada do século trouxe mudanças radicais à estrutura associativa da sociedade carioca. A prosperidade voltou com a estabilidade monetária e o investimento estrangeiro, e esforços organizativos atingiram novos níveis. Funcionários públicos, lentos para formar associações anteriormente, tomaram a dianteira dos setores mais organizados. Em 1921, havia pelo menos oitenta grupos de servidores civis, apenas nove dos quais eram compostos de trabalhadores diaristas. Os mais tradicionais eram a Caixa Beneficente dos Empregados da Secretaria das Relações Exteriores (1901-) e a Associação dos Funcionários Públicos Civis (1904-).

Grupos dos funcionários públicos possuíam cerca de 45 mil membros em 1921, o que seria dois terços de densidade de acordo com o censo de ocupações de 1920. Estes grupos eram pacatos se comparados aos sindicatos trabalhistas militantes, mas desfrutavam de uma posição privilegiada em relação às fontes de poder. Sua propensão em se engajar com máquinas eleitorais atraiu políticos. Poucos estrangeiros figuraram nos papéis de grupos de funcionários públicos: a maioria não tinha nenhum, e um quarto tinha menos de 10% de estrangeiros. Estes grupos tinham atuação política, mas eram mais fáceis de sofrerem cooptação do que os dos sindicatos.

TABELA 1
Associações voluntárias fundadas no Rio de Janeiro

<i>Categoria</i>	<i>Formados até</i>				
	<i>1879</i>	<i>1880s</i>	<i>1890s</i>	<i>1900s</i>	<i>1910s</i>
Irmandades Religiosas ^a	35	7	2	11	5
Sociedades de Ajuda Mútua	35	46	16	16	10
Servidores Públicos ^b	4	9	9	28	28
Trabalhistas	12	10	8	29	29
Profissionais ^c	11	3	1	3	4
Empregadores	5	2	1	2	7

FONTES: Rio de Janeiro, Departamento Municipal de Assistência Pública, 1922; Barbosa, 1908; Guimarães, 1883; Cortes de 1957; e outros. A amostra original incluiu cerca de mil entradas, das quais 510 foram codificadas como grupos voluntários viáveis. As colunas não estão totalizadas porque os números fazem parte de uma grande amostra, mais específica e detalhada do que um censo.

a. Todas as organizações religiosas.

b. Inclui professores de escolas públicas; exclui os empregados de transporte ferroviário de propriedade pública e linhas de vapor.

c. Inclui professores de escolas particulares, advogados, pessoal médico-odontológico, jornalistas, entre outros.

Grupos trabalhistas se tornaram muito mais assertivos a partir de 1900; eles eram conduzidos por socialistas brasileiros e anarco-sindicalistas imigrantes. Os trabalhadores não-qualificados da EFCB formaram a Caixa Geral do Pessoal

Jornaleiro da EFCB (1901-), iniciando um processo de representação dividida entre os funcionários da linha estatal. Os estivadores formaram a União dos Operários Estivadores em 1903 e os marinheiros a Associação de Marinheiros e Remadores no ano seguinte, ambos com cerca de dois mil membros em 1912. A indústria têxtil, que empregava crianças e mulheres, tinha fábricas nos arredores da cidade, e, portanto, era difícil unirem-se em um mesmo grupo e se organizarem. Já os sapateiros não. Na ocasião do primeiro Congresso dos Trabalhadores, em 1906, os sapateiros entraram em uma greve bem-sucedida que durou oitenta dias. A greve levou os empregadores a formar o Centro dos Industriais de Calçado e Classes Correlativas em defesa. Pequenos produtores, muitas vezes estrangeiros, culpavam os grandes proprietários pela greve, dizendo que eles usaram o Centro para seus próprios fins. Eles romperam relações e se acertaram com o sindicato, e logo o resto da indústria o seguiu (BAETA NEVES, 1973).

Um padrão emergiu nesse período: os empregadores formaram associações em reação à organização dos trabalhadores, mas não foram capazes de se unir de forma tão eficaz quanto. Eles resistiram ao proletariado desajeitadamente, com repressão policial, deportação de estrangeiros, *lock-outs*,³ e uma ideologia paternalista. A maioria de suas associações eram pequeno-burguesas, indo desde comerciantes a verdureiros. Podemos exemplificar com o Centro União dos Proprietários de Hotéis e Classes Anexas (1911-) e a Sociedade União Protetora dos Retalhistas de Carnes Verdes (1905-), ambos com cerca de 250 membros-negociantes. Estes foram grupos de interesse, no sentido mais estrito, pois seu objetivo era obter acordos de greve vantajosos, legislação favorável e uma melhor imagem pública. O aumento da atividade sindical, a industrialização, a penetração estrangeira e o desafio tecnológico forçaram os capitalistas a se unir. A maioria era composta por comerciantes estrangeiros, em desvantagem pela ascensão da militância trabalhista e o nacionalismo na década de 1900. Metade dos grupos empregadores que responderam aos questionários da cidade se recusou a informar o percentual de membros estrangeiros, mas seis dos oito que responderam tinham mais de 80% não-brasileiros. O censo de 1920 mostrou que 40% de todo capital industrial português estava concentrado no Rio, enquanto o capital nativo respondia por apenas um sexto da indústria da cidade (BRASIL, 1927, p. lx-lxiv). Um toque nacionalista

³ *Lock-outs* são fechamentos da empresa num conflito patrão-empregado por iniciativa do empregador.

distintivo caracterizava grande parte do conflito trabalho-capital durante a República Velha.

Grupos com base nas profissões de classe média se estabeleceram em um ritmo cada vez mais rápido a partir de 1900. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI, 1908) e a Associação Central Brasileira de Cirurgiões Dentistas (1911-) eram típicas de tais grupos de interesse. A ABI, por exemplo, obteve passes livres em trens e bondes públicos para seus membros, e nos anos 1930 recebeu cerca de meio milhão de dólares e terreno no centro do Rio para sua sede (Decreto 24.678, de 12 de janeiro de 1934). O Clube Militar continuou a desfrutar de alguma influência, até que fosse fechado pelo presidente Epiácio Pessoa, em 1922. Posteriormente, um novo grupo militar, os tenentes, emergiu como uma força de renovação e acabou por formar a sua própria organização, enormemente poderosa, o Clube 3 de Outubro (1931-1934). Tais grupos representavam uma classe média cada vez mais sólida que foi crescendo cética em relação à economia liberal e de mercado.

Algumas das mais estáveis associações na cidade foram diminuindo na virada do século, como revelado nas distribuições da quantidade de membros (Tabela 2). Irmandades religiosas sofreram um declínio acentuado de tamanho entre 1880 e 1921, especialmente as maiores; metade tinha mais de 3.200 membros em 1880, e apenas 6% em 1921. Sociedades de socorro mútuo também diminuíram em tamanho. A onda de grupos profissionais organizados depois de 1900 despencou seu tamanho médio, mas ainda assim metade tinha pelo menos quatrocentos membros em 1921. Os beneficiários do declínio das irmandades e grupos de ajuda mútua foram claramente os sindicatos e associações dos funcionários públicos. Os grupos de trabalhadores com mais de quatrocentos membros passaram de um quarto à metade da subamostra entre 1912 e 1921, e por esta última data um sexto tinha mais de 3.200 membros.

TABELA 2
Porcentagens de associações por categoria possuindo
mais de 400 e 3200 membros
(em porcentagens)

<i>Mais de 400</i>	<i>Mais de 3200</i>
--------------------	---------------------

<i>Categoria</i>	1880	1912	1921	1880	1912	1921
Irmandades	85	68	67	50	23	6
Ajuda Mútua	74	62	69	15	5	6
Servidores Públicos	_b	43	64	-	10	12
Trabalhista	25	58	51	-	-	-
Empregadores	60	44	71	-	-	-
<i>Recrutamento</i>						
Baseado no comércio	47	55	63	-	4	14
Local de trabalho	-	44	53	-	9	11
Localidade	92	59	65	41	17	6
Regionalismo ou nacionalismo	35	37	45	10	8	11

FONTE: Rio de Janeiro, Departamento Municipal de Assistência Pública, 1922; Barbosa, 1908; Guimarães, 1883; Cortes de 1957; e outros.

- a. Apenas os grupos com mais de cem membros foram utilizados para calcular porcentagens.
- b. $N \leq 5$ não foram calculados.
- c. Qualquer profissão transversal/intersectorial.
- d. Inclui escritórios governamentais.

A maneira pela qual um membro potencial era recrutado mudara, como evidenciado na metade inferior da Tabela 2. A ascensão dos grupos trabalhistas e de funcionários públicos modificou o cenário para organizações recrutadas por comércio ou local de trabalho. Os funcionários públicos se inclinavam mais que os trabalhadores para se organizar em seu local de trabalho ou unidade governamental. Grupos baseados na localidade diminuíram drasticamente. Refletindo a natureza cosmopolita da sociedade do Rio (26% estrangeira em 1906), houve uma ligeira tendência de crescimento para grupos recrutados por origens nacionais ou provinciais, devido às novas ondas da imigração para a cidade (RIO, 1907, p. 123). Entre os sindicatos, a percentagem de estrangeiros variou por setor: algumas fábricas têxteis, balconistas e grupos de trabalhadores de hotéis e restaurantes eram altamente estrangeiras, mas no geral sindicatos não continham mais estrangeiros do que a população como um todo.

Classificado pelo setor econômico, o crescimento associativo do Rio refletia a marcada terceirização da economia. Não havia organizações no setor primário; cerca de um terço estava no setor secundário e dois terços eram do setor terciário. Enquanto a indústria de consumo básico estabeleceu-se no interior do Estado do Rio e em Minas Gerais, a cidade do Rio de Janeiro diversificou-se por meio de fábricas mais sofisticadas e em serviços urbanos, particularmente o bancário, educação, assistência social, comércio, medicina e, claro, o governo, com seus círculos sociais de lobistas e bacharéis. Os altos salários no Rio deram à São Paulo uma vantagem na manufatura e a capacidade industrial instalada nesta cidade ultrapassou a do Rio durante a década de 1920.

Os gastos de todas as associações pesquisadas pela cidade pouco antes da Primeira Guerra Mundial totalizaram 10.800 contos, ou cerca de três milhões e meio de dólares. Em 1920, os gastos globais haviam diminuído consideravelmente devido à inflação e à escassez dos tempos de guerra. No entanto, por essa época, todas as despesas estavam iguais a cerca de 2% do produto industrial do Rio de Janeiro (CARONE, 1970, p. 75). A Tabela 3 desmembra as despesas das associações em 1920 em rubricas orçamentais.

Assim, entre o final do Império, quando as associações se tornaram moda no Rio, e a Primeira Guerra Mundial, quando os funcionários públicos e sindicatos claramente dominaram as organizações voluntárias, uma mudança decisiva havia ocorrido no conteúdo do comportamento desses grupos: eles mudaram radicalmente em direção ao profissionalismo e se afastaram de contextos religiosos ou locais, caracterizando-se pelo aumento da militância e da quantia substancial de finanças e associados, e concentraram-se no coração do futuro econômico do Rio – o setor de serviços. Atuando como grupos de interesse, as associações voluntárias tanto causaram quanto refletiram as mudanças profundas na composição social do Rio.

TABELA 3
Despesas de associação em 1920^a

<i>Uso</i>	<i>Porcentagem</i>
Funeral	5
Aposentadoria	8
Plano Médico	9

Prestações Pecuniárias ^b	14
Outros, Despesas Gerais, Investimentos	65

a. Inclui todos os grupos enumerados pela cidade. Alcança 101% devido ao arredondamento.

b. Em grande parte oriundas de invalidez e de viagens.

Impacto na estrutura social

Os sindicatos exerceram pressão suficiente sobre o governo e elites econômicas através de greves para ganhar uma série de benefícios e capturar a liderança de um proletariado incipiente (CARONE, 1970, p. 197-210; LINHARES, 1955). Enquanto elementos anarco-sindicalistas elaboraram programas radicais, a maioria das greves foram dirigidas por líderes reformistas que buscavam melhorias nos salários, regulamentação da jornada, melhores condições de trabalho e reconhecimento institucional. O movimento operário do Rio estava mais preocupado com questões básicas, como o ganha-pão do dia a dia, do que o de São Paulo, onde o radicalismo encontrou maior aceitação entre os imigrantes (DIAS, 1962, p. 209, 317-318). A barganha política com o Legislativo tornou-se uma importante ferramenta para os trabalhadores, e alguns políticos aproveitaram cedo para a construção de um eleitorado nesse meio (RODRIGUES, 1968, p. 16).

A Primeira Guerra Mundial foi um golpe duro para o movimento sindical: o número de associados e o pagamento de contribuições despencaram. A indústria, estimulada pela escassez dos tempo de guerra, recuperou-se em 1915, dobrou e até triplicou alguns turnos de trabalho para atender à demanda (STEIN, 1957, p. 105; DEAN, 1969, p. 96 ss; VILLELA; SUZIGAN, 1973, p. 432). Os trabalhadores sofreram muito durante o período, mas conseguiram reunir forças para uma greve geral em 1918.

O confronto derramou sangue em ambos os lados nos últimos anos da guerra, e as Revoluções Mexicana e Russa aumentaram os temores de um lado, e as esperanças de outro. Um dono de fábrica de meia-idade, o paulista Jorge Street (1934), rompeu com seu companheiros industrialistas e tornou-se um porta-voz para a necessidade de reconhecimento dos sindicatos e de uma legislação de proteção do trabalho. Em 1919 e 1920, no entanto, poucos colegas concordaram com Street, e as greves foram sistematicamente reprimidas pela polícia. Os líderes sindicais foram

deportados, espiões da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) infiltraram-se no movimento trabalhista e a repressão foi dura. O anarco-sindicalismo jamais reviveu.

O proletariado do Rio de Janeiro em 1920 contava com um número entre 56 mil (trabalhadores de fábrica em censo) e 70 mil, o total aproximado de membros reivindicado pelos sindicatos em nossa amostra. Isto representava cerca de 5% da população urbana e cerca de 14% da força de trabalho. O pequeno proletariado, agora desradicalizado, tornou-se parcialmente corrompido através de barganhas com os gestores do governo. No entanto, as relações de trabalho e os conflitos de classe começaram a preocupar alguns pensadores brasileiros, como será discutido abaixo. O proletariado, inexistente quarenta anos antes, era um novo elemento social e teve que ser levado em conta.

A classe média foi mais um novo elemento na sociedade carioca. Durante o primeiro quarto do século XX, funcionários federais (do qual o governo da cidade era um apêndice) ganharam *status* de classe média e chegaram a alcançar o número de 70 mil, sem contar policiais e militares. Suas associações tinham alta densidade e uma propensão para a política. O massivo patronato federal no Rio era, contudo, uma moeda traiçoeira, pois análises estatísticas das eleições de 1930 não mostram uma tendência dos funcionários públicos em votar nos candidatos oficiais. O funcionário público tornou-se quase tão importante como cabo eleitoral no bairro nas honestas e geralmente competitivas eleições cariocas. Outros novos membros da classe média eram jornalistas (o Rio teve cerca de trezentas revistas em 1934), despachantes legais (rúbulas), atendentes bancários e comerciais, operadores médicos e farmacêuticos, motoristas, vendedores, engenheiros e organizadores políticos. Havia, por exemplo, cerca de cinco mil supervisores de fábrica, vendedores e engenheiros contabilizados no censo industrial em 1920; finanças, banco, setor imobiliário e de seguro ocupavam mais três mil pessoas; saúde, educação e serviços de previdência social, 23 mil; direito e o clero, 14 mil. Além disso, havia cerca de duas dezenas de associações de policiais e militares em 1920.

A classe média teve demandas bastante coesas na Primeira Guerra Mundial. Primeiro, a alta porcentagem de assalariados a fez criticar e lutar contra a inflação. Em segundo lugar, tendia a ser nacionalista e anti-estrangeira. Especialmente sujeitos ao chauvinismo foram os funcionários públicos, geralmente cidadãos brasileiros e provavelmente eleitores registrados. O domínio do comércio pelos portugueses,

chamados de classe média comercial por alguns, e as batalhas contínuas sobre os preços, fez da comunidade luso-brasileira um alvo fácil de recriminações por parte da classe média (OLIVEIRA TORRES, 1965, p. 198-199). Finalmente, a consciência de classe média foi receptiva às demandas por legislações trabalhistas, cujo ponto alto foi o discurso de campanha moralista de Rui Barbosa de 1919, “A questão social e política no Brasil” (BARBOSA, 1921, p. 107-169).

A oligarquia supostamente coerente estava cheia de contradições e divisões, até mesmo além da questão das nacionalidades. Havia divergências entre líderes industriais e comerciais sobre tarifas, entre exportadores e importadores sobre a estabilidade monetária, e entre burgueses reformadores como Street e Alceu Amoroso Lima e industriais mais intransigentes sobre a “questão social” – como as relações de trabalho eram conhecidas. Os industriais não tiveram uma associação nacional até 1933 e operaram em grande parte dentro da AC-Rio (Associação Comercial do Rio de Janeiro) e centros industriais efêmeros durante a República Velha. Enquanto as associações de voluntários ajudaram a fortalecer os emergentes setores médio e assalariado, elas apenas revelavam a ineficácia de tal nucleação para manter o controle oligárquico. Apenas uma mudança completa na política social iria responder ao desafio, e ela veio com a revolução de 1930.

O debate sobre política social

A questão social se agravou mais do que o controle do trabalho: ela dizia respeito à base profunda da sociedade, à relação entre os homens. Correntes intelectuais na Europa criaram vórtices sociológicos no Brasil. A análise marxiana apontou para a máquina e para a organização da fábrica industrial como tendo irremediavelmente separado o trabalhador do capitalista e dos frutos do seu trabalho. Capital e trabalho, conforme previu Marx, inevitavelmente entrariam em conflito, e uma nova sociedade, sem classes, seria germinada no holocausto. Socialistas brasileiros não esperavam realmente uma revolução até os anos de guerra, e então eles rapidamente se dissuadiram da ideia. Um partido comunista foi formado em 1922, mas em 1928 não havia mais do que 150 membros na região metropolitana do Rio (LINHARES, 1955, p. 88). Socialistas reformistas no Legislativo federal e entre advogados trabalhistas representavam aspirações da classe média para resolver a questão social através de códigos legais. A elite política a contragosto aceitou esta

abordagem – primeiro, fundos de aposentadoria para estivadores e ferroviários; em seguida, garantias de férias e, finalmente, proteção para menores receberam implementação no Legislativo (MORAES FILHO, 1952; BRASIL, 1919-1922; RODRIGUES, 1968, p. 46 e ss.).

Por outro lado, uma teoria conservadora de reorganização social brotou da tradição católica e enfatizou a encíclica papal *Rerum Novarum* de 1891, que apelou à representação social para a classe trabalhadora. O positivismo de Auguste Comte também clamou para a representação de classe, e a ideia depois foi desenvolvida por seu admirador Émile Durkheim, considerado o fundador da sociologia moderna. Estudando a sociedade industrial moderna, Durkheim encontrou certa falta de maior orientação na vida urbana, o que deu origem à anomia – patologias sociais que levavam, em alguns casos, ao suicídio. A moda de associações profissionais e sindicatos era um sintoma do aumento do desenraizamento. A sociedade reorganizada em corporações uniria ambos trabalhadores e gestores em esforço comum, resolveria queixas coletivas e daria a representação significativa a todos, como havia ocorrido em guildas medievais (DURKHEIM, 1922, p. i-xxxvi; PARSONS, 1968, p. 311-319; SIMPSON, 1963, p. 111-112).

Corporativismo e a legitimação das classes trabalhadoras formaram parte da doutrina positivista, que era a moda no Rio durante os anos 1890 e foi mais tarde incorporada ao conservadorismo brasileiro por Alberto Torres. Em seu projeto de 1914 para a reforma constitucional, Torres rogou à representação de classe, o coração da teoria corporativa (TORRES, 1914, p. 350). A ideia foi prosseguida pela Sociedade Amigos de Alberto Torres e foi desenvolvida posteriormente pelo protegido de Torres, Francisco José Oliveira Viana.

Mas o debate acerca da política social não tocou os presidentes da Primeira República: por razões constitucionais, políticas e filosóficas, a questão foi largamente ignorada. Hermes da Fonseca (1910-1914) fez quase nada; seu filho Mário organizou um congresso fracassado sobre trabalho em 1913. Washington Luís (1926-1930) foi muitas vezes acusado de dizer que a questão social era um caso de polícia, embora o seu sucessor escolhido, Júlio Prestes, tivesse prometido em 1930 formular um código de trabalho abrangente, usando como modelo os de direito penal e comercial. Já o presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) criou uma lei em 1921 que lhe permitiria fechar qualquer associação voluntária nociva ao bem-estar público; no ano seguinte ele fechou o Clube Militar. Um boato de que havia ordenado a prisão do

presidente do clube, Hermes da Fonseca, foi o estopim para a revolta de cadetes militares reformistas no Rio, que acabou sendo a primeira das chamadas revoltas tenentistas, que levariam à Revolução de 1930 (CARONE, 1965; 1970, p. 238; 1971, p. 368).

O tenentismo forneceu o elo mais forte entre o pensamento conservador durante a República Velha e o corporativismo no Regime Vargas pós-1930. Os tenentes decidiram cooperar com políticos regionais dissidentes em 1930 para derrubar o governo e instalar Getúlio Vargas, o mal-sucedido candidato reformista à presidente no início daquele ano. Os tenentes ganharam grande poder em meados de 1931 e no início de 1932 compuseram um programa que, como se viu, estava com uma coerência filosófica que eles nunca chegariam a pôr em prática. O divulgado *Esboço de um Programa* queria a sindicalização tanto do trabalho quanto da administração, a compulsória negociação de greve e representação corporativa em todas as legislaturas. Uma meia dúzia de tenentes juntou-se à Oliveira Viana e outros civis na Comissão Itamarati (1932) para elaborar um projeto de Constituição. Oliveira Viana tornou-se o porta-voz para os órgãos de representação de classe de base e corpo técnico paralelo às legislaturas nacionais com consultoria e poderes de veto (CLUBE 3 DE OUTUBRO, 1935, p. 187-245; MEDONÇA DE AZEVEDO, 1933, p. 341-345, 989-990). Suas intenções para com o trabalho tornaram-se claras quando um tenente pediu que fosse dada aos sindicatos imunidade às ações repressivas policiais: Oliveira Viana afirmou que havia muitos grupos trabalhistas que atuavam contra o bem público e que deveriam ser suprimidos. Liberdade associativa não podia ser mantida acima da ordem pública. Pouco tempo depois, Vargas nomeou o ex-chefe do DOPS para Ministro do Trabalho e Oliveira Viana, seu consultor jurídico principal.

Vargas, seguindo os preceitos do positivismo gaúcho, já havia fornecido as bases para uma política de controle do trabalho. Ele criou um Ministério do Trabalho que estendeu benefícios de segurança social a uma parcela maior do proletariado urbano, mas exigiu tanto dos sindicatos quanto das associações patronais que aceitassem a supervisão tutelar do ministério. Sindicatos mais fracos no Rio assinaram uma taxa de cerca de 30 por ano, mas os empregadores recusaram quase por unanimidade. Apenas em 1933, quando foi determinado que associações “sindicais” (oficiais) elegeriam representantes para a Assembleia Constituinte e até

mesmo registrariam seus membros para votar em eleições gerais houve um aumento no número de organizações sindicalizadas. O processo de cooptação prosseguiu.

A representação de classe se mostrou uma farsa, já que os ministros do Trabalho e da Justiça manipulavam os delegados profissionais. Em 1935, o governo abertamente subornou eleitores de associação. Muito antes disso, os sindicatos tradicionais tinham visto a sua autonomia minguar enquanto o governo assumia controle crescente sobre os assuntos trabalhistas através da administração do fundo de aposentadoria e invalidez. Eles reagiram com greves em 1934, que, de acordo com um oficial do Ministério do Trabalho, rivalizavam com as ocorridas durante a Primeira Guerra Mundial. A imprensa era frequentemente censurada, mas houve pelo menos 12 greves em grande escala no Rio durante aquele ano. Todas foram finalizadas à força pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro, ex-tenente Filinto Müller.

A Assembleia Constituinte 1933-34 finalmente chegou a uma política social liberal semelhante à que prevaleceu durante a República Velha e eivada de pronunciamentos gerais em favor do bem-estar dos trabalhadores. Vargas reagiu amargamente contra o documento de 1934:

Essa constituição foi feita no Palácio Tiradentes, onde [a Assembleia se reuniu] contra o Palácio Guanabara [residência de Vargas]; a seguinte será feita por Guanabara contra Tiradentes! (AMOROSO LIMA, 1972).

A previsão se tornou realidade no segundo semestre de 1937, quando Vargas secretamente encomendou ao conservador Francisco Campos a elaboração de uma nova Constituição em linhas corporativas. O documento, promulgado em 11 de novembro de 1937, inaugurou o Estado Novo. Durante o interlúdio constitucional, Vargas ignorou a maior parte da política social do documento de 1934 e conseguiu controlar o movimento sindical independente. Suas intenções eram muitas vezes incompreendida por líderes empresariais: depois de uma longa reunião repleta de recriminações sobre a política de trabalho, Vargas disse: “Eu estou tentando salvar os burros burgueses e eles não entendem” (SILVA, 1969, p. 398).

Durante o Estado Novo, os empresários, aparentemente, compreenderam melhor, pois em 1939 havia 75 sindicatos patronais do Rio em comparação com 93 sindicatos de trabalhadores reconhecidos pelo ministério. Em 1945, a inversão

completa se deu: havia 93 sindicatos patronais e apenas setenta sindicatos de empregados (BRASIL, 1947, p. 105-106, 123 e ss; SCHMITTER, 1971, p. 150). A Igreja tinha aprendido a cooperar com Vargas em troca de certas políticas governamentais, particularmente o ensino religioso em escolas públicas e o não reconhecimento do divórcio. Enquanto os líderes da Igreja dedicavam energias para a política, para a educação religiosa e para um movimento operário católico, as irmandades continuaram seu declínio (BRUNEAU, 1970, p. 75-90). A extensão da aposentadoria e do seguro de invalidez para a maioria do proletariado urbano durante o Estado Novo despiu as sociedades de ajuda mútua de suas atrações fraternas (FERREIRA DA SILVA, 1966, p. 16-17). Grupos de empregados públicos, os mais cooptáveis antes de 1930, foram incorporados dentro do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP, (1938-). As relações entre servidores civis e da classe média diminuíram à medida que a burocracia crescente tornou-se um “Estado cartorial”, um estabelecimento público inclinado a manter suas fileiras e níveis de renda, independentemente da eficiência administrativa (FAORO, 1958; JAGUARIBE, 1962).

O próprio Oliveira Viana melhor resumiu a intenção social do Estado Novo em um discurso em 1939, intitulado “Novos rumos da política social”. A abordagem correta, ele disse, era aquela formulada nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* (1931), que procurou reestabelecer a dignidade humana do trabalho, através da representação corporativa.

Esta nova política evoca o espírito de igualdade e justiça entre os trabalhadores e empregadores que caracterizaram as guildas medievais, em que a distância social entre as classes... foi nula; em que o senso de colaboração e solidariedade envolveu um e todos em um clima de fraternidade; em que não existia barreira intransponível entre o trabalhador e o empregador, este último apenas ocupando a posição que o antigo acabaria por alcançar... Igualdade política, inscrita nos códigos de Democracia, é um absurdo inventado na mente de Rousseau. Igualdade econômica, como previsto pelo socialismo, é outro absurdo, gerado pela mente de Marx. Mas a igualdade substancial de homens é um dogma católico e um dos pilares da civilização cristã.

Esta sociedade corporativa ainda continha as classes, mas a solidariedade (um conceito de Durkheim) e a “permeabilidade capilar” eliminaram os ciúmes de classe. Na verdade, o sistema de representação de classe permitiu a cada trabalhador participar na tomada de decisões, como “vereador, deputado, juiz, [ou] administrador de instituições para-estatais”(OLIVEIRA VIANA, 1939, p. 9-10, 17).

Conclusão

Durante a República Velha, uma rede de forças havia dado à sociedade carioca um sistema de classes em três níveis semelhantes ao da Europa, com adaptações para as particularidades da sociedade brasileira. Em uma era de liberalismo permissivo, sociedades de socorros mútuos previamente inócuas adotaram comportamento de grupos de interesse. A cidade tornou-se uma arena em conflito de banqueiros e caixas, industrialistas e operários, sapateiros e comerciantes, burocratas e funcionários. Além de perturbar a plácida vida da cidade, esses conflitos deram origem à mobilização política e social, transformando o proletariado e a classe média em elementos de mudança social. O conflito de classe gerado pelo surgimento de associações veio a ser chamado de “questão social”.

Problemas trabalhistas foram recebidos com força, indiferença, recursos legais, simpatia ou paternalismo, dependendo do setor e do momento político. O proletariado era muito pequeno para a revolução e, gradualmente, o caminho foi aberto para uma política social conservadora que iria tanto reprimir quanto cooptar associações independentes. Conforme uma publicação do Ministério do Trabalho de 1947 indicava,

Em termos práticos, não havia nenhuma organização sindical no país até de 1930; as associações profissionais que existiam, apesar de seu nome “resistência”, não eram mais do que as organizações mutualistas em que predominavam o espírito individualista de defender os interesses daquele grupo profissional. O Estado Novo fez os sindicatos renunciarem a este espírito e a meios conflituosos de prossecução de interesses, em troca de certos avanços na

legislação trabalhista, no seguro social e no bem-estar comum (BRASIL, 1947, p. 7).

Durante a República Velha, a sociedade urbana cristalizou-se em centenas de grupos de interesse; como aço semi-temperado, os cristais de grupos de interesse poderiam ser orientados por um ímã. Socialistas e comunistas tentaram dar uma direção horizontal para estes cristais, o que eventualmente levaria a cindir a sociedade em classes e à eventual derrubada da burguesia pelo proletariado. Os liberais queriam deixar os cristais livres para circular e encontrar orientação natural na suposição de que uma sociedade melhor evoluiria a partir da livre concorrência de interesses opostos. Os conservadores, por fim, desejaram dar uma direção vertical aos cristais para que eles reforçassem a abordagem tradicional da Igreja, do Estado e do Exército. Claramente, esta última abordagem inspirou Alberto Torres, Oliveira Viana, os tenentes, e mesmo Vargas. O Estado Novo tentou forçar os grupos de interesse a se orientarem pelos estados tradicionais.

O corporativismo formalmente falhou no Brasil, mas deixou um importante legado. As associações voluntárias, tão assertivas durante o primeiro quarto do século XX, não foram capazes de recuperar seu antigo vigor (SCHMITTER, 1971). O movimento trabalhista foi cooptado pelo Ministério do Trabalho e mais tarde ajudou a eleger Vargas por meio de seu paternalista Partido Trabalhista Brasileiro. A Igreja ficou seriamente dividida sobre a questão do controle social e mobilização e perdeu a importante base das antigas irmandades. O Exército, com a participação de alguns ex-tenentes, voltou ao poder em 1964 para conter a manipulação populista do movimento dos trabalhadores, entendendo que um proletariado cooptado era tão perigoso socialmente quanto um independente. Uma representação efetiva simplesmente não era uma tradição forte no Brasil (SCHWARTZMAN, 1970).

O cidadão do Rio de Janeiro, agora referindo-se a si mesmo como um carioca, viu as lealdades regionais, estrangeiras e religiosas desaparecerem, à medida que foram substituídas em parte por uma identidade econômica e profissional. As massas de imigrantes rurais para o Rio durante a Grande Depressão e a guerra não davam indícios da erosão da liberdade associativa levada adiante por Vargas e, em vez disso, amavam-no pela proteção conservadora que lhes ofereceu na sociedade confusa e industrializada do Rio de Janeiro. Como uma manchete recente apontou, “Carioca mostra pouca afeição para vida associativa” (JORNAL DO BRASIL, 1971).

Nunca ficou claro se a sociedade industrial do norte da Europa poderia ser copiada no Rio, mas não há dúvida de que os conservadores, de Alberto Torres a Vargas, nunca tiveram a intenção de que isso acontecesse.

Referências bibliográficas

AMOROSO LIMA, A. Personal interview with author, June 7 1972.

ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *A Associação Comercial no Império e na República, antecedentes históricos*. Rio de Janeiro: Empresa Grafica Cruzeiro, 1959.

BAETA NEVES, M. C. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro. *Rev. Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 49-66, 1973.

BARBOSA, L. *Serviços de assistência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia ao Luzeiro, 1908.

BARBOSA, R. *Campanha presidencial (1919)*. Bahia: Livraria Catilina, 1921.

BELLO, J. M. *A questão social e a solução brasileira*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda, 1936.

BRASIL. *Congresso Organização Sindical*. Rio de Janeiro: Ministerio do Trabalho, 1947.

_____. *Recenseamento do Brasil realizado em 10 de setembro de 1920*, volume V, parte 1, Indústria. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927.

_____. Legislação social. In: *Documentos parlamentares*, volumes 61, 62, 72. Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Commercio, 1919-1922.

BRUNEAU, T. C. *Conflict and change in the Brazilian Catholic Church*. Ph.D. dissertation. University of California, Berkeley, 1970.

BURLAMAQUI, P. L. *As associações profissionais*. Rio: Laemmert, 1936.

CARONE, E. *A República Velha, evolução política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

_____. *A República Velha, instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

_____. *Revoluções do Brasil contemporâneo, 1922-1938*. São Paulo: Editora São Paulo, 1965.

CHALMERS, D. A. Political groups and authority in Brazil. In: ROETT, R. (ed.). *Brazil in the Sixties*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

CLUBE 3 DE OUTUBRO. Esboço de um programa. In: BRASIL. *Assembleia Constituinte, Annaes, Anexo*, vol. 3, 1935.

CORTES, C. *Home e instituições no Rio*. Instituto Brasileiro de Geografia e Economia, 1957

DEAN, W. *The industrialization of São Paulo, 1880-1945*. Austin: University of Texas Press, 1969.

DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.

DURKHEIM, E. *De la division du travail social*. Paris: Librairie Felix Alcan, 1922.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1958.

FERREIRA DA SILVA, P. *Assistência social dos portugueses no Brasil*. São Paulo: Arquimedes, 1966.

GUIMARAES, J. da Silva Mello. *Instituições de previdência fundadas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883.

IRMANDADE DA SANTA CRUZ DOS MILITARES. *Resumo histórico*. Riode Janeiro, 1923.

JAGUARIBE, H. (1962) Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio: Fundo de Cultura.

Carioca não revela muita afeição à vida associativa. *Jornal do Brasil*, 4 out. 1971.

LINHARES, H. *Contribuição à historia das lutas operárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Baptista de Souza & Cia., 1955.

LOPES, N. *Todas as associações de classe são “casos de polícia”*. São Paulo: Centro Brasileiro de Publicidade, 1929.

MENDONCA DE AZEVEDO, J. A. *Elaborando a constituição nacional*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Estado, 1933.

MORAES FILHO, E. de. *O problema do sindicato único no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.

MOREIRA de AZEVEDO, M. D. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, v. 48, n. 2, p. 265-322, 1885.

OLIVEIRA TORRES, J. C. de. *Estratificação social no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

OLIVEIRA VIANA, F. J. *As novas diretrizes da política social*. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho. Rio de Janeiro, 1939.

OLSON, M. *The logic of collective action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

PAIVA, A. de. *Justiça e assistência, os novos horizontes*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1916.

PARSONS, T. Emile Durkheim. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Macmillan, 1968. p. 311-319 (vol. 4).

RIO DE JANEIRO. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro, histórica e estatística*. Rio de Janeiro: Typografia do Anuario do Brasil, 1922.

_____. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906*. 1907

RODRIGUES, J. A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos and philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. Berkeley: University of California Press, 1968.

SCHMITTER, P. C. *Interest conflict and political change in Brazil*. Palo Alto: Stanford University Press, 1971.

SCHWARTZMAN, S. Representação e cooptação política no Brasil. *Dados*, n. 7, p. 9-41, 1970.

SILVA, H. *1935, a Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SIMPSON, G. *Emile Durkheim*. New York: Thomas Y. Crowell, 1963.

STEIN, S. J. *The Brazilian cotton manufacture, textile enterprise in an underdeveloped area, 1850-1950*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

STREET, J. *A legislação social no Brasil*. São Paulo: Escolas Salesianas, 1934.

TORRES, A. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

TOURAINÉ, A.; G. GERMANI. *América del Sur: um proletariado nuevo*. Barcelona: Editorial Nova Terra, 1965.

VILLELA, A.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.